



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 3390/2025.

Homologa o processo de desapropriação amigável do imóvel rural objeto da Matrícula nº 10.906, de propriedade de José Carlos Cogo e Silvana Tomazoni Cogo, para fins de implantação de Distrito Industrial no Município de Santo Antônio do Sudoeste, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica homologado, em todos os seus termos e para os devidos fins de direito, o processo de desapropriação amigável do imóvel rural denominado RURAL LOTE nº 86 (oitenta e seis), Parte do Imóvel Santo Antônio, situado na linha Aurora, neste Município e Comarca, matriculado sob o nº 10.906 no Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

§ 1º O imóvel referido no *caput* possui área total de **143.850,00 m²** (cento e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados), tendo sido declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação pelo **Decreto Municipal nº 4256/2025**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 01 de agosto de 2025 (Edição 3332), com a finalidade exclusiva de implantação de um Distrito Industrial para fomento do desenvolvimento econômico e social do Município.

§ 2º A presente homologação se fundamenta no **Termo de Concordância para Desapropriação Amigável** celebrado em 11 de agosto de 2025, no qual os proprietários, Senhores José Carlos Cogo, portador da C.I.R.G. nº 5.674.576-9 PR e CPF nº 717.659.599-00, e Silvana Tomazoni Cogo, inscrita no CPF sob o nº 022.229.979-76, expressaram sua concordância irrevogável com a desapropriação e com o valor da indenização.

§ 3º O valor da indenização pela desapropriação, pactuado amigavelmente com os proprietários e estabelecido com base no Laudo de Avaliação do Imóvel Rural, elaborado por Comissão Municipal de Avaliação e corretores habilitados, é de **R\$ 5.754.000,00** (cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais).



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover todos os atos necessários à efetivação da desapropriação, incluindo o pagamento da indenização aos EXPROPRIADOS e a realização das diligências cartorárias para a transferência da propriedade e registro do imóvel em nome do Município de Santo Antônio do Sudoeste, nos estritos termos do Termo de Concordância.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2025.

Ricardo Antônio Ortinã

Prefeito Municipal